

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping - Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos administradores da Distribuidora de Água de Camaçari S.A.

Camaçari – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Distribuidora de Água de Camaçari S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviço

Veja Nota Explicativa nº 2.9 e 16.a das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras da Companhia incluíam na rubrica de Receita operacional, o montante de R\$ 210.753 mil. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e distribuição de água conforme especificação estabelecida e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados/água distribuída até à data do balanço considerando os serviços prestados/faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados. Devido à relevância dos montantes e ao julgamento do reconhecimento da receita de serviço/distribuição de água ser reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo, entendemos que esses é um assunto significativo em nosso trabalho de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia de reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar);– Realizamos procedimentos analíticos substantivos sobre toda a população da receita de serviços prestados e de distribuição de água para avaliar se as obrigações de desempenho são reconhecidas em um único ponto no tempo, se as transações de receita consistentes e rotineiras e se houveram mudança operacional ou contábil significativa durante o ano;– Efetuamos testes documentais, em base amostral, sobre a receita de serviços e de distribuição de água faturadas para corroborarmos se as transações são consistentes com os registros contábeis, confrontando os dados com as respectivas notas fiscais, contrato, boletim de medição e aprovação do cliente para realização do faturamento;– Avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas de prestação de serviços e de distribuição de água e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/25	31/12/24	Passivo	Nota	31/12/25	31/12/24
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.224	37.852	Fornecedores e outras contas a pagar	9	11.245	14.449
Aplicações financeiras	4	44.208	6.003	Debêntures	10	9.952	17.160
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	13.519	17.994	Salários e encargos sociais		5.834	5.287
Ativo de contrato		-	777	Tributos a pagar	11	2.287	2.961
Tributos a recuperar	6	799	860	Imposto de renda e contribuição social		778	276
Imposto de renda e contribuição social		1.376	1.001	Dividendos	15	16.902	13.166
Estoques	7	6.362	5.686	Passivo Ambiental	14	-	48
Outros ativos		1.137	1.237	Outros passivos		2.256	1.450
				Passivos de arrendamentos	17	682	663
Total do Ativo Circulante		101.625	71.410	Total do Passivo Circulante		49.936	55.460
Não Circulante				Não Circulante			
Caixa restrito	4	-	13.540	Debêntures	10	39.417	46.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.376	12.291	Tributos a pagar	11	600	600
Tributos a recuperar	6	1.473	1.092	Passivos de arrendamentos	17	625	1.262
Outros Ativos		198	-				
Total do realizável a longo prazo		4.047	26.923	Total do Passivo Não Circulante		40.642	48.178
Imobilizado	8	164.982	151.197	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		90.578	103.638
Direito de uso	17	2.698	2.650	Patrimônio Líquido			
		167.680	153.847	Capital social	15	42.630	42.630
Total do Ativo Não Circulante		171.727	180.770	Reserva de lucros		140.144	105.912
				Total do Patrimônio Líquido		182.774	148.542
Total do Ativo		273.352	252.180	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		273.352	252.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código GXQOO-RSPLH-O2LHU-CPJQ1

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/25	31/12/24
Receita operacional líquida	16.a	210.753	191.518
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16.b	<u>(85.929)</u>	<u>(91.707)</u>
Lucro bruto		<u>124.824</u>	<u>99.811</u>
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	16.b	(11.988)	(9.903)
Perda por redução ao recuperável de contas a receber	16.b	(4.463)	(160)
Outras receitas operacionais	16.b	<u>1.211</u>	<u>990</u>
		<u>(15.240)</u>	<u>(9.073)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<u>109.584</u>	<u>90.738</u>
Receitas financeiras	16.c	7.837	6.841
Despesas financeiras	16.c	<u>(7.544)</u>	<u>(11.736)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>293</u>	<u>(4.895)</u>
Lucro/(Prejuízo) antes de impostos de renda e da contribuição social		<u>109.877</u>	<u>85.843</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(9.328)	(6.600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(9.915)</u>	<u>(9.100)</u>
		<u>(19.243)</u>	<u>(15.700)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>90.634</u>	<u>70.143</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		<u>4,44</u>	<u>3,44</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	
	31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício	<u>90.634</u>	<u>70.143</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>90.634</u>	<u>70.143</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
01 de janeiro de 2024	42.630	40.409	8.526	36.969	-	128.534
Dividendos intermediários	-	-	-	(36.969)	-	(36.969)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.143	70.143
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.166)	(13.166)
Constituição de reservas	-	17.478	-	39.499	(56.977)	-
31 de dezembro de 2024	42.630	57.887	8.526	39.499	-	148.542
Dividendos intermediários	-	-	-	(39.499)	-	(39.499)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	90.634	90.634
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(16.902)	(16.902)
Constituição de reservas	-	23.024	-	50.707	(73.732)	-
31 de dezembro de 2025	42.630	80.911	8.526	50.707	-	182.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/25	31/12/24
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		<u>90.634</u>	<u>70.143</u>
Ajustes			
Depreciação e amortização	8	8.619	8.337
Valor residual do ativo imobilizado baixado	8	540	1.055
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	7.699	160
Provisão impostos de renda e contribuição social	13	19.243	15.700
Juros sobre arrendamento	17	152	172
Juros e variações monetárias, líquidos	10	6.972	5.867
		<u>133.858</u>	<u>101.434</u>
Aumento/(redução) nos ativos			
Contas a receber	5	(3.224)	275
Ativo de contrato		777	(777)
Tributos a recuperar	6	(320)	(429)
Estoques	7	(676)	(116)
Outros ativos		(472)	(825)
(Redução)/aumento nos passivos			
Fornecedores	9	(3.204)	8.891
Salário e encargos sociais		547	(395)
Tributos a pagar	11	(674)	1.157
Realização de contingência ambiental		(48)	-
Outros passivos		806	(1.151)
		<u>127.369</u>	<u>108.064</u>
Caixa proveniente das operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(8.826)	(5.773)
Juros pagos sobre financiamentos			(46)
Juros pagos sobre debêntures	10	(11.074)	(28.445)
		<u>107.469</u>	<u>73.800</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Entradas de aplicações	4	16.248	52.325
Saídas de aplicações	4	(54.453)	(57.202)
Entradas de fundos restritos	4	(20)	(507)
Saídas de fundos restritos	4	13.560	690
Adições de imobilizado	8	(22.935)	(44.517)
		<u>(47.600)</u>	<u>(49.211)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	15	(52.665)	(49.292)
Pagamento parcela arrendamento	17	(827)	(897)
Ingressos de debêntures	10	-	50.000
Amortizações de financiamentos	10	-	(518)
Amortizações das debêntures	10	(10.005)	(27.625)
		<u>(63.497)</u>	<u>(28.332)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(3.628)</u>	<u>(3.743)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	37.852	41.595
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	34.224	37.852
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(3.628)</u>	<u>(3.743)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Distribuidora de Água Camaçari S.A. (“DAC”) ou (“Companhia”) é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da Portaria INEMA nº 27.186/22.

A Companhia atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

1.1 Base de preparação

Declaração de conformidade com as práticas adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo em cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

1.3 Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 16 (a) - Receita:** reconhecimento de receita: se a receita de produto é reconhecida um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota de Políticas contábeis materiais nº 2.2 – Instrumentos financeiros.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- a. As entidades são obrigadas a classificar todas receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- b. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- c. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

- A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

2.2 Instrumentos financeiros

2.2.1 Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundos restritos e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures.

(i) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Na data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a estimativa de vida útil de seus ativos imobilizados, resultando em uma redução geral das taxas de depreciação utilizadas. Essa revisão foi motivada pelo prolongamento da vida útil econômica dos ativos.

Para embasar essa análise, foi contratada uma empresa especializada, que emitiu um laudo de avaliação. O laudo considerou diversos fatores relevantes, como: planejamento operacional da Companhia para os próximos anos; histórico de *performance* dos ativos; plano de manutenção e utilização dos bens; tecnologias disponíveis no mercado; recomendações e manuais dos fabricantes; taxas de depreciação de ativos similares em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia através de sua área técnica interna, corroborou as vidas úteis atualmente aplicadas.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão de obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber a vencer, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, é contabilizada provisão para perda.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o *aging list*.

O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de três anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2025.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.8 Patrimônio líquido

2.8.1 Capital social

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para as acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas em Assembleia Geral.

2.8.2 Reserva de incentivo fiscal

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

2.8.3 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

2.8.4 Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

2.9 Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende a captação e o tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial, conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela Companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m³) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R\$/m³) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 2023 a 2032. Ante o exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$ 17.566 no exercício de 2025.

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais acumulados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

No que tange ao diferido passivo, a Administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A Companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638.

2.12 Arrendamento

No início do contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

2.13 Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções relacionadas a ativos são reconhecidas no resultado como “Outras receitas”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “Outras receitas” em uma base sistemática durante o período em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que busca minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

a. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança.

A Companhia tem como seu principal cliente a Braskem, cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013. O contas a receber é representado por 77,71% (64,09%, 2024) da Braskem e 22,29% (35,91%, 2024) por outros clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, somente em bancos considerados de primeira linha e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas Explicativas n.º 4 e 5).

b. Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	Valor			
	Contábil	1-2 anos	2-5 anos	6-9 anos
Fornecedor	11.245	11.245	-	-
Passivo de arrendamento	1.307	1.307	-	-
Financiamento	-	-	-	-
Debêntures	49.369	26.267	31.653	15.293
	<u>61.921</u>	<u>38.819</u>	<u>31.653</u>	<u>15.293</u>

31 de dezembro de 2024

Passivos financeiros	Valor		
	Contábil	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedor	14.449	14.449	-
Passivo de arrendamento	1.925	1.925	-
Debêntures	63.476	35.847	32.952
	<u>79.850</u>	<u>52.221</u>	<u>32.952</u>

c. Análise de sensibilidade – taxa de juros

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros às quais a Companhia está exposta. A Administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.

Indicadores	Exposição	Cenário atual	Cenário (15%)
Ativo	74.715		
Aplicações financeiras			
CDI (i)	74.715	12,00%	13,80% / 10,20%
Impacto valorização	-	8.966	11.548
Impacto desvalorização	-	-	8.535
Indicadores	Exposição	Cenário atual	Cenário I (15%)
Passivo	50.111	-	-
Debêntures	50.111		
IPCA(i)	-	3,91%	4,50% / 3,32%
Impacto valorização	-	1.959	2.343
Impacto desvalorização	-	-	1.729

(i) Índices: Boletim Focus

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, todos classificados no nível 2.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2025	2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	34.224	37.852
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	44.208	6.003
Fundos restritos	Valor justo por meio de resultado	-	13.540
Contas a receber	Custo amortizado	<u>13.519</u>	<u>17.994</u>
		<u>91.951</u>	<u>75.389</u>
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	(11.245)	(14.449)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	(1.307)	(1.925)
Debêntures	Custo amortizado	<u>(49.369)</u>	<u>(63.476)</u>
		<u>(61.921)</u>	<u>(79.850)</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito

	2025	2024
Bancos conta movimento	3.717	428
Aplicações financeiras	<u>30.507</u>	<u>37.424</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>34.224</u>	<u>37.852</u>
Aplicação financeira	44.208	6.003
Aplicações financeiras - caixa restrito	<u>-</u>	<u>13.540</u>
Total	<u>78.432</u>	<u>57.395</u>
Circulante	78.432	43.855
Não circulante	-	13.540

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas com bancos de primeira linha sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 102% (2024 – 105%) dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

4.1 Movimentação de fundos restritos

Modalidade	2024	Entradas	Saídas	2025
CDB	13.540	20	(13.560)	-
Fundo Investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>13.540</u>	<u>21</u>	<u>(13.560)</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras de caixa restrito são vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures. Como cumprimento às obrigações previstas nas debêntures, é mantido o valor correspondente a 300% da parcela mensal. Em 2025, com a quitação da debenture vinculada o saldo foi 100% resgatado.

8 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos (i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento	Outros	Total
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	421	124.565	34.128	903	16.729	40.848	13.510	2.275	233.379
Adições	-	573	-	14	-	-	42.508	1.422	44.517
Baixas	(13)	-	-	-	-	-	(67)	(987)	(1.067)
Transferências	-	73	-	-	-	736	(810)	-	(1)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	408	125.211	34.128	917	16.729	41.584	55.141	2.710	276.828
Depreciação									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(334)	(84.380)	(15.317)	(446)	(5.867)	(9.667)	-	(1.296)	(117.307)
Depreciação	(33)	(3.689)	(854)	(72)	(1.040)	(2.590)	-	(60)	(8.337)
Baixas	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(354)	(88.069)	(16.171)	(518)	(6.907)	(12.257)	-	(1.356)	(125.631)
Valor contábil líquido	54	37.142	17.957	399	9.822	29.327	55.141	1.354	151.197
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	408	125.211	34.128	917	16.729	41.584	55.141	2.710	276.828
Adições	-	741	-	9	-	-	21.144	1.041	22.935
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(540)	(540)
Transferências	-	3.584	3.537	-	16.833	20.949	(47.838)	2.935	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	408	129.536	37.665	926	33.562	62.533	28.447	6.146	299.223
Depreciação									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(354)	(88.069)	(16.171)	(518)	(6.907)	(12.257)	-	(1.356)	(125.632)
Depreciação	(23)	(3.904)	(854)	(73)	(1.010)	(2.618)	-	(127)	(8.609)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(377)	(91.973)	(17.025)	(591)	(7.917)	(14.875)	-	(1.483)	(134.241)
Valor contábil líquido	31	37.563	20.640	335	25.645	47.658	28.447	4.663	164.982
Vida útil (anos)	5	3 a 33	14 a 50	10	4 a 20	7 a 43		5 a 48	

- (i) Máquinas e equipamentos são todos os bens móveis utilizados no processo produtivo da Companhia, como motores, rotores, bombas, filtros, vasos de pressão, painéis, transformadores, válvulas, entre outros.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

- (ii) O saldo de obras em andamento R\$ 28.447 é referente a aquisições de materiais e serviços para itens de atendimento as recomendações para a confiabilidade dos ativos, com expectativas de conclusão prevista para o ano de 2026, com exceção dos projetos plurianuais.

A Companhia efetuou a análise de *impairment* dos seus bens e entende que seus ativos podem operar de acordo com a capacidade planejada, não havendo indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9 Fornecedores

	2025	2024
BDG CONSTRUTORA LTDA	-	3.095
MANSERV MONTAGEM E MANUTENCAO S/A (iii)	1.789	2.229
BRASKEM S/A (i)	902	1.461
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	777	787
SEMPEL PAINÉIS ELÉTRICOS LTDA	-	722
EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO AS	615	656
F A G CAVALCANTI – ME	-	517
SPECIALITY ELECTRONIC MATERIALS SWITZERLAND GMBH	481	481
EBARA INDÚSTRIAS MECANICAS E COM. LTDA	571	450
GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA.	442	345
PROENGE BR ENGENHARIA LTDA	400	-
CHLORUM BAHIA IND E COM CLORO E ALCALIS LTDA	399	-
AUTCON COM E INSTAL DE EQUIPAMENTOS LTDA	397	-
FLOWSERVE DO BR LTDA	371	-
Outros(ii)	4.101	3.706
Total de fornecedor	11.245	14.449

- (i) O saldo R\$ 902 (1.461 - 2024) refere-se ao fornecimento de produto químico;
- (ii) O saldo de outros refere-se na sua maioria a serviço de terceiros.
- (iii) Os valores de R\$ 1.789 referem-se a investimentos Projeto Iara - Novos Poços

10 Debêntures

a. Composição

Instituição financeira	Emissão	Vencimento	Custo	2025	2024
BB - Banco de Investimento S.A.	mar/13	mar/25	6% + IPCA	-	13.363
Banco Modal	ago/24	ago/32	8,85% + IPCA	50.112	50.988
(-) Custos de transação				(743)	(875)
				49.369	63.476
Total de debêntures curto prazo				10.110	17.292
(-) Custos de transação				(158)	(132)
Circulante				9.952	17.160
Total de debêntures longo prazo				40.002	47.059
(-) Custos de transação				(585)	(743)
Não circulante				39.417	46.316
				49.369	63.476

b. Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	63.476	63.698
(+) Captação de Debentures	-	50.000
(+) Encargos financeiros	6.840	6.597
(-) Amortização de principal	(10.005)	(27.625)
(-) Amortização de juros	(11.074)	(28.445)
(+) Custo de transação	132	(748)
	49.369	63.476
Saldo no final do exercício	49.369	63.476

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como circulante e não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2025
2026	10.110
2027	7.173
2028	21.103
2029	11.726
	50.112
(-) Custo de transação	(743)
Saldo no final do exercício	49.369

d. Garantias e outras informações relevantes

Em 15 de março de 2013, a DAC realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 170.000 (cento e setenta milhões de reais), com carência de 48 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final em 15 de março de 2025, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Banco Bradesco S.A.

- Garantias: A Companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão. Não há covenants financeiros para esta emissão.

O referido contrato foi integralmente liquidado em março de 2025, tendo todas as obrigações contratuais sido devidamente cumpridas, não remanescendo quaisquer responsabilidades ou compromissos financeiros relacionados à emissão.

Em 15 de agosto de 2024, a DAC realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com carência de 12 meses, remuneração pela atualização do IPCA e juros de 8,85% a.a., com vencimento final em 15 de agosto de 2032, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

- Garantias: A companhia celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com manutenção de Contas Vinculadas conforme termos previstos nos instrumentos de cessão.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Companhia, o índice financeiro pactuado é “Dívida Líquida sobre EBITDA” não sendo maior ou igual a: (a) 2,00 (dois), tendo como base o exercício do ano de 2024, (b) 2,50 (dois e meio), tendo como base o exercício do ano de 2025 (c) 3,00 (três), tendo como base o exercício do ano de 2026 e os anos subsequentes, sendo a primeira apuração a ser realizada com base o exercício do ano de 2024.

11 Tributos a pagar

	2025	2024
IRRF retido de terceiros	44	13
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	67	1
INSS retido de terceiros	254	425
ISS retido de terceiros	190	289
PIS e COFINS a recolher	436	876
ICMS a recolher	1.338	1.074
IOF	558	883
	2.887	3.561
Circulante	2.287	2.961
Não Circulante	600	600

12 Transações com partes relacionadas

Algumas dessas entidades fizeram negócio com o grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal-chave da Administração.

	Ativo circulante		Passivo circulante				Resultado			
	Contas a receber		Fornecedores		Dividendos		Receita de vendas		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ambev S.A.	-	-	-	-	-	-	-	75	-	-
Basf S.A.	1.469	1.333	-	-	-	-	13.213	15.895	-	-
Braskem S.A.	10.587	11.329	902	1.461	-	-	127.223	142.942	(17.821)	(17.155)
Companhia Brasileira de Estireno	680	206	-	-	-	-	6.956	8.282	-	-
Cetrel S.A.	-	-	-	-	-	13.166	-	-	-	-
Copenor Comp. Petroquímica do Nordeste	-	90	-	-	-	-	870	1.089	-	-
Deten Química S.A.	468	475	-	-	-	-	5.904	5.936	-	-
Elekeiroz S.A.	-	830	-	-	-	-	8.452	9.930	-	-
IPC do Nordeste Ltda	-	13	-	-	-	-	160	157	-	-
Monsanto do Brasil Ltda	292	262	-	-	-	-	3.322	3.650	-	-
Oleoquímica Indústria e Com. Prod. Químicos Ltda	-	-	-	-	-	-	73	122	-	-
Oxiteno Nordeste S.A. Ind. e Comércio	-	2.192	-	-	-	-	22.585	29.044	-	-
Parapanema S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	1.075	122	-	-	-	-	797	-	-	-
Proquigel Química S.A.	2.922	641	-	-	-	-	7.549	2.011	-	-
White Martins Gases Industriais Ltda	197	177	-	-	-	-	2.011	1.996	-	-
Outros	2	8	-	-	-	-	4.896	170	-	-
	<u>17.692</u>	<u>17.678</u>	<u>902</u>	<u>1.461</u>	<u>-</u>	<u>13.166</u>	<u>204.011</u>	<u>221.299</u>	<u>(17.821)</u>	<u>(17.155)</u>

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui conselheiros, diretores e gerentes operacionais da Companhia. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos	2.996	504
Participação nos lucros	<u>138</u>	<u>104</u>
	<u>3.134</u>	<u>608</u>

A partir de 2025, as despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da administração passaram a ser registradas pela Companhia mediante rateio de custos entre empresas do grupo, conforme contrato de compartilhamento de despesas celebrado entre partes relacionadas. Os valores apresentados nesta nota correspondem à parcela atribuída à Companhia de acordo com os critérios de alocação definidos no contrato.

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2025	2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	109.877	85.843
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(37.538)	(29.187)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	<u>18.115</u>	<u>13.487</u>
Incentivos fiscais	17.585	13.569
Outros	<u>530</u>	<u>(82)</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(19.243)</u>	<u>(15.700)</u>
Alíquota efetiva	18%	18%
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(9.328)	(6.600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	<u>(9.915)</u>	<u>(9.100)</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(19.243)</u>	<u>(15.700)</u>

b. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo fiscal diferido	4.528	14.238
Passivo fiscal diferido	<u>(2.152)</u>	<u>(1.947)</u>
	<u>2.376</u>	<u>12.291</u>

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

c. Expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	687	11.188
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>3.841</u>	<u>3.050</u>
	<u>4.528</u>	<u>14.238</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2025	-	11.188
2026	687	1.054
2027	-	-
2028	-	-
Demais anos (i)	<u>3.841</u>	<u>1.996</u>
	<u>4.528</u>	<u>14.238</u>

(i) Trata-se de saldo de adições temporárias de provisão de gastos.

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

d. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido em contas patrimoniais (ii)	2024	Reconhecido na demonstração do resultado	2025
Ativo fiscal diferido						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	23.008	(8.654)	(2.112)	12.242	(11.562)	680
Provisões	2.183	(187)	-	1.996	1.852	3.848
	<u>25.191</u>	<u>(8.841)</u>	<u>(2.112)</u>	<u>14.238</u>	<u>(9.710)</u>	<u>4.528</u>
Passivo fiscal diferido						
Depreciação ⁽ⁱ⁾	(1.688)	(259)		(1.947)	(205)	(2.152)
	<u>23.503</u>	<u>(9.100)</u>		<u>12.291</u>	<u>(9.915)</u>	<u>2.376</u>

(i) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação à taxa fiscal definida em normas vigentes.

14 Provisões

a. Passivo ambiental

Saldo em 31 de dezembro de 2024	48
(-) Reversão de provisão	(35)
(-) Utilização da provisão	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

b. Contingências - Causas possíveis

A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2025, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 147.451 (2024 – R\$ 147.861), conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	2025	2024
Tributário (i)	158.648	147.306
Civil	-	-
Trabalhista	555	555
	<u>159.203</u>	<u>147.861</u>

(ii) IR e CSL – Encargos de amortização de água

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de água originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito negocial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 158.648.

Em razão do art. 14, da Lei nº 14.689/2023, que determinou o cancelamento do montante de multa em autuação fiscal que exceda 100% do valor do crédito tributário, inscrito ou não em dívida ativa da União o valor classificado anteriormente como possível e restou como remoto foi de R\$ 25.905.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital Social		Quantidade de ações	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cetrel S.A.	100	100	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			<u>42.630</u>	<u>42.630</u>	<u>20.396.249</u>	<u>20.396.249</u>

b. Reserva de incentivo fiscal

No final do exercício de 2018, o Conselho Deliberativo do Desenvolve concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), durante 12 anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução nº 169/2018.

Esse benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção Desenvolve (reinvestimento) no montante de R\$ 5.459 (2024 - R\$ 4.006).

Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na Nota Explicativa nº 2.12, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 17.566 (2024 - R\$ 13.472).

c. Reserva legal

Em 2021, o saldo desta reserva atingiu 20% do capital social.

d. Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reservas devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

e. Distribuição de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no art. 202, é assim demonstrada:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	90.634	70.143
Realização (constituição) de reservas:		
Incentivos fiscais (Nota 16 (b))	<u>(23.024)</u>	<u>(17.478)</u>
	<u>67.610</u>	<u>52.665</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>16.902</u>	<u>13.166</u>

Dividendos pagos	2025
Dividendos retidos ano 2024	13.166
Distribuição da reserva de lucros (dividendos intermediários)	39.499
	52.665

Durante o ano de 2025, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 39.499, com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, foi calculado e provisionado o dividendo mínimo obrigatório com base no resultado de 2025 no total de R\$ 16.902.

16 Resultado do exercício

a. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2025	2024
Operações		
Receita de vendas	250.898	228.216
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(45.099)	(40.333)
Receita de Subvenção - Desenvolve	4.954	3.635
	210.753	191.518

b. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Classificadas por natureza:		
Pessoal		
Remunerações	(12.217)	(11.804)
Encargos sociais e trabalhistas	(9.026)	(7.978)
Outros benefícios	(7.352)	(6.576)
	(28.595)	(26.358)
Materiais	(214)	(243)
Serviços	(7.470)	(5.596)
Manutenções	(12.590)	(12.698)
Insumos		
Água Bruta	(7.422)	(13.435)
Energia Elétrica	(12.406)	(13.142)
Soda Caustica	(4.798)	(5.168)
Outros insumos e utilidades	(10.720)	(11.704)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.463)	(160)
Outros Gastos	(2.960)	(3.712)
	(63.043)	(65.858)
Tributos, taxas e contribuições	(1.084)	(841)
Seguros	(1.477)	(737)
Depreciação e amortização	(8.181)	(7.976)
Outras	1.211	990
	(9.531)	(8.564)
Total	(101.169)	(100.780)
Classificadas por função:		
Custo das mercadorias vendidas	(85.929)	(91.707)
Gerais e administrativas	(11.988)	(9.903)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(4.463)	(160)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.211	990
	(101.169)	(100.780)

c. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.092	6.998
Variações monetárias	71	32
Multas por atraso de recebimento	53	79
(-) Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(379)	(268)
	7.837	6.841
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(152)	(498)
Tarifas bancárias	(8)	(29)
Despesas com juros	(7.153)	(8.081)
IOF	(12)	(3.001)
Outras	(219)	(127)
	(7.544)	(11.736)
Resultado financeiro, líquido	293	(4.895)

17 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Total
Saldo contábil líquido em 01.01.2025	2.650	-	2.650
Transferências	(611)	611	-
Adição/baixa de contrato no período - efeito principal	-	57	57
Depreciação do período	(7)	(2)	(9)
Saldo contábil líquido em 31.12.2025	2.031	667	2.698
Custo	2.039	668	2.707
Depreciação	(7)	(2)	(9)
Saldo contábil líquido em 31.12.2025	2.031	667	2.698

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 10,83% a.a., calculadas considerando a taxa média de empréstimos da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo de vida útil dos bens.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.2025	1.925
Pagamento parcela do arrendamento no período	(827)
Apropriação juros sobre arrendamento no período	152
Adição/baixa de contrato no período - efeito no principal	<u>57</u>
Saldo contábil líquido em 31.12.2025	<u>1.307</u>
Circulante	682
Não circulante	625

* * *

Administração da Companhia

Ciro Gambi Gouveia
Diretor-presidente

Rafael Santos Velo
Diretor

Cristiano Vieira Lima
Contador
CRC BA - 019680/O-7

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 31/03/2026

Dados do Documento

Tipo de Documento Demonstrações Contábeis
Referência Contrato 1903505_2025_Rel_DAC_formatada_CLIENTE
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 31/03/2026
Validade 31/03/2026 até Indeterminado
Hash Code do Documento BA7D13FA3CD2EBB72486FAD7B9732D0DA391043D8DADDFD871A50AC06D8B007F

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Representantes
Relacionamento	14.414.973/0001-81 - CETREL
Representante	CPF
Ciro Cambi Gouveia	285.441.418-70
Ação:	Assinado em 31/03/2026 13:38:01 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 200.213.185.2
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36 Edg/146.0.0.0
Localização	Latitude: -23.543740872398363 / Longitude: -46.73941222653432
Tipo de Acesso	Normal
Representante	CPF
RAFAEL SANTOS VELO	022.202.775-42
Ação:	Assinado em 31/03/2026 11:46:51 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 200.166.201.66
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal
Papel (parte)	Contador
Relacionamento	14.414.973/0001-81 - CETREL
Representante	CPF
CRISTIANO VIEIRA LIMA	645.881.145-49
Ação:	Assinado em 31/03/2026 12:00:19 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 2804:14d:72b9:8943:410c:8dbb:ef8c:e1d3
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36 Edg/146.0.0.0
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **GXQOO-RSPLH-O2LHU-CPJQ1**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.